



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

Requeremos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja reservado o espaço do Plenarinho desta Casa para realização de **Audiência Pública híbrida para discutir sobre a Renda Básica**, no dia **03 de maio de 2022**, das **15h às 18h**.

Da aprovação deste requerimento, encaminhe-se convocação às pessoas abaixo relacionadas:

- 1. Ana Rita Suassuna**, secretária da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política Sobre Drogas (SDSDHJPD).
- 2. Maíra Fischer**, secretária da Secretaria de Finanças (SEFIN).

JUSTIFICATIVA

O Recife possui o maior índice de desemprego entre todas as capitais do Brasil (PNAD, 2019), sendo a terceira capital nordestina em presença de população em situação de pobreza; A pandemia da Covid-19 escancarou as tão marcantes desigualdades de raça, de gênero e de classe, bem como revelou o abismo social que permitiu que os segmentos historicamente privilegiados tivessem garantido o seu direito de ficar em casa e não se expor aos riscos de contrair o vírus.

Porém, para a parcela da sociedade recifense trabalhadora, negra e periférica, esse direito foi negado desde o início da pandemia, sobretudo para as trabalhadoras e trabalhadores do comércio informal, que precisaram sair diariamente para garantir o





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

sustento de suas famílias, assim como para as pessoas que estão em funções que a elite branca ainda considera essenciais, como o trabalho doméstico e as portarias dos prédios.

Diante de tal cenário pandêmico, vimos aprofundar essas desigualdades e aumentar a fileira de pessoas em situação de rua e de miséria em nosso município. Em Recife, 35% da população está em situação de pobreza (dados Ministério da Cidadania e Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE).

O cenário é de crescimento do desemprego, da informalidade e a consequente diminuição da renda da população. Evidencia-se, ainda, que o Governo Bolsonaro foi incapaz de apresentar uma política pública permanente de transferência de renda, já que o auxílio emergencial se encerrou em dezembro de 2020. Entretanto, o atual Prefeito da Cidade do Recife, João Campos, votou favorável ao auxílio emergencial e também liderou a frente pela renda básica na Câmara dos Deputados, que é uma proposta de auxílio permanente diferente do auxílio emergencial.

Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma renda mínima com a centralidade nos seguintes princípios: i. a defesa de políticas de combate às desigualdades raciais, de gênero e sociais; ii. a defesa da renda básica como direito humano indivisível, inegociável e fundamental; iii. a defesa do combate à fome e à miséria por meio do fortalecimento de políticas públicas de transferência de renda para cerca de 30 mil famílias recifenses, cadastradas no CadÚnico, com renda mensal per capita inferior a R\$145,00, situação essa de extrema pobreza, conforme parâmetros do IBGE.

Há possibilidade para um programa de renda básica permanente no Recife, ele teria um orçamento anual em torno de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), com recursos oriundos de otimização/relocação do orçamento público nas seguintes áreas: a) gastos com publicidade governamental (R\$20 mi); b) revisão dos convênios de cooperação técnica (R\$1,3 mi); c) gastos com coordenação, supervisão e execução dos projetos especiais (R\$2 mi); d) gastos com sistema viário (R\$2 mi); e) revisão dos contratos de limpeza urbana (R\$40 mi); f) redução de 10% dos gastos com apoio administrativo às ações de unidades orçamentárias (R\$26,4 mi); e g) redução de 10% nos gastos com coordenação, supervisão e execução das políticas municipais, exceto educação e saúde (R\$34,6 mi).





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

Com efeito, a complementação da renda das famílias pelo programa pode contribuir com a segurança social e alimentar das famílias recifenses, bem como elevar as condições de vida da população em situação de extrema pobreza do município.

Para além desses elementos, nossa proposta cumpre um papel de aquecer a economia local por intermédio da ampliação da circulação de recursos no município, o que implica, consequentemente, na elevação da arrecadação tributária decorrente dos impostos relacionados ao consumo (ISS e Cota Parte do ICMS).

Evidenciamos que iniciativas como essas já existem no nosso país. No primeiro dia de seu mandato como Prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues (PSOL) enviou à Câmara Municipal o projeto de lei que institui o Bora Belém, programa de renda básica de até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) destinado às pessoas em situação de extrema pobreza, e pediu o apoio dos vereadores e vereadoras para a sua aprovação em regime de urgência.

Diante disto, solicitamos o apoio dos(as) Parlamentares desta Câmara Municipal para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 06 de abril de 2022.

IVAN MORAES
Vereador - PSOL

